



SIMULADO ZERO

TJCE

Técnico Judiciário

60 questões elaboradas
no **formato FCC**

Instruções Oficiais para o Simulado TJCE

O objetivo deste simulado é replicar com exatidão as condições, as pressões e os imprevistos do dia do seu concurso. A partir do momento em que o cronômetro for iniciado, você estará sob as regras da prova. Leia atentamente as orientações abaixo:

1. Gestão do Tempo

- **Duração Máxima:** 3 horas é o período total disponível para a realização da prova.
- **Folha de Respostas:** Este tempo de 3 horas já inclui o período necessário para a marcação da folha de respostas da prova objetiva. O cronômetro não será pausado para essa etapa.

2. Restrição Rigorosa de Eletrônicos

- **Desconexão Total:** Desligue o seu celular. Ele não deve estar no modo avião ou silencioso, deve estar completamente desligado e guardado fora do seu campo de visão e alcance.
- **Proibições:** É proibido o uso ou a presença na mesa de smartwatches, tablets, computadores ou calculadoras. Para controlar o tempo, utilize apenas um relógio analógico ou deixe um cronômetro na tela do computador bem distante, apenas para visualização das horas.

3. Ambiente e Foco

- **Nada de Fones:** É expressamente proibido o uso de fones de ouvido, protetores auriculares ou músicas de concentração (frequências, lo-fi, etc.).
- **Tolerância a Ruídos:** Deixe o som ambiente normal fluir. Ocorrerão ruídos externos, como trânsito, vizinhos conversando, portas batendo ou latidos de cachorro. O local de prova real nunca é perfeitamente silencioso, e você precisa treinar o seu foco para não se abalar com essas distrações.

4. Logística Pessoal (Água, Lanche e Banheiro)

- **Preparação Prévia:** Antes de começar a prova, separe e deixe sobre a mesa tudo o que for precisar: canetas (de material transparente), sua garrafa de água (sem rótulo) e um lanche leve.
- **Foco Contínuo:** Não haverá intervalos exclusivos para descanso ou para comer. Você deve se alimentar e beber água enquanto lê as questões, sem interromper o andamento do simulado.
- **Idas ao Banheiro:** Evite levantar-se. Utilize o banheiro apenas se for o mínimo necessário, lembrando que o cronômetro continuará rodando.

5. Execução e Mapeamento de Desempenho

Aproveite este simulado como uma ferramenta de diagnóstico. Ao resolver as questões, faça uma análise ativa das alternativas e anote ao lado de cada uma delas (ou da questão em si) o seu nível de segurança. Use as seguintes marcações para guiar a sua correção posterior:

- **Certeza:** Tenho domínio do assunto e sei exatamente por que a opção está certa ou errada.
- **Dúvida:** Conheço o tema, mas fiquei dividido entre as alternativas e não tenho 100% de segurança.
- **Estudei, mas não lembro:** O conteúdo está no meu material, já passei por ele, mas a memória falhou na hora H. Faltou revisão.
- **Não estudei:** Assunto totalmente desconhecido ou que ainda não cheguei no edital. Foi um "chute".

Lembrete: O cansaço que você vai sentir durante essas 3 horas faz parte do treinamento. Mantenha a postura, controle a respiração e faça uma excelente prova!

MÓDULO I — CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Para responder as questões 01, 02 e 03 leia o texto abaixo.

Imagens e palavras. Alguém terá dito: "Uma imagem vale por mil palavras" - frase que ganhou fama e foro de verdade. Mas o escritor e artista gráfico Millôr Fernandes, que transitou toda a sua vida entre desenhos e textos, retrucou ao desconhecido autor da frase: "Diga isso sem palavras". Para fazer justiça à linguagem verbal, Millôr desafia qualquer imagem a formular um conceito. Melhor será, para lembrar outra frase famosa, acreditar em "A cada um o que é seu". A imagem tem o impacto imediato de sua aparição visível, de sua epifania impositiva. As palavras conceituais pedem uma compreensão interiorizada da construção de seu sentido. Uma fotografia faz surgir diante de nós uma captação de um elemento da realidade; já a imagem verbal se impõe também pelo som das palavras que a traduzem e depende muito de uma visualização algo fantasiosa. Humoristas, cartunistas e redatores sabem muito bem o que podem fazer para alcançar o riso de seu público. A imagem do humor promove, por exemplo, uma discrepância entre a figura imprevista e uma expectativa convencional: o que deveria ser levado a sério se vê desvestido e exposto ao riso da surpresa. Já as palavras do humor escrito promovem basicamente um desencontro entre a gravidade de uma situação e o desbocamento verbal, ou uma alteração drástica de sentido que torna ridícula uma elocução moralista. Como as artes não precisam se excluir, até porque muitas vezes se associam e se complementam, imagens e palavra por vezes se somam de modo a intensificar uma o sentido da outra. Outras linguagens artísticas, como a literatura e a música, por exemplo, podem associar-se, compor canções notáveis, tanto no registro mais popular como no erudito. Digamos então que tanto a legenda de uma foto pode ser vital para contextualizar uma imagem, como uma pintura associada a um poema empresta a ele um horizonte de projeção.

Fonte do texto: (Claudionor Martinho).

01. Ao rebater o senso comum sobre a supremacia da imagem, o argumento de Millôr Fernandes destacado no texto busca evidenciar

- A) a incapacidade absoluta de as artes visuais produzirem qualquer tipo de impacto imediato no espectador.
- B) a necessidade da linguagem verbal como ferramenta indispensável para a articulação de abstrações intelectuais.
- C) a superioridade estética da fotografia sobre a imagem verbal, dada a precisão técnica da primeira.
- D) o isolamento das linguagens artísticas, que devem evitar associações para preservar sua pureza original.
- E) a irrelevância do humor escrito diante das transformações drásticas provocadas pela imagem do humor.

02. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- A) *ganhou fama e foro de verdade* (1º parágrafo) = obteve notoriedade e jurisdição de farsa.
- B) *epifania impositiva* (2º parágrafo) = manifestação súbita e marcante.
- C) *discrepância entre a figura imprevista* (3º parágrafo) = conformidade perante a imagem inusitada.
- D) *elocução moralista* (3º parágrafo) = omissão de juízo ético.
- E) *horizonte de projeção* (4º parágrafo) = limite de obscurecimento.

03. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- A) Não devem haver restrições quanto ao uso de palavras para explicar o sentido profundo de uma pintura.
- B) Deixam de existir, no momento do riso, as expectativas convencionais que o humorista procura desconstruir.
- C) Se pudessem haver mais associações entre música e literatura, as canções seriam ainda mais notáveis.
- D) Devem-se à epifania das imagens o impacto visual que tanto impressionam os espectadores.
- E) Fazem muitos anos que o debate sobre a relação entre imagem e palavra instiga os teóricos da arte.

Para responder as questões 04, 05 e 06 leia o texto abaixo.

O estranho ofício de escrever. Éramos três condenados a escrever uma crônica diária em jornal: Rubem Braga no Diário de Notícias, Paulo Mendes Campos no Diário Carioca e eu no O Jornal. Um dia, numa hora de aperto, o Rubem perdeu a cerimônia: - Será que você não teria aí uma crônica pequeninha para me emprestar? Procurei uma e lhe cedi uma que talvez servisse. Tempos depois chegou a minha vez, e perguntei ao Rubem se não tinha uma crônica usada para servir este seu amigo. Pois não é que ele me passou a crônica que eu lhe havia cedido? Sou pobre, mas não sou soberbo. Ajeitei a crônica como pude, toquei-lhe uns remendos. De toda crônica que publiquei na vida, houve sempre um leitor para achar que era a melhor e outro a pior que já escrevi. Nunca me esqueci do dia em que o Carlos Castello Branco me disse: — Eu, se fosse você, parava um pouco. Essa sua última crônica estava de amargar. Parei dois anos por causa disso. Quando recomecei, vez por outra recauchutava um escrito antigo, à falta de coisa melhor. Até que chegou o dia em que no meu estoque não restava senão uma, jamais republicada - justamente aquela que o Castellinho havia estigmatizado com seu implacável juízo crítico. Pois não é que veio ele me dizer, efusivo, a propósito da mesmíssima crônica: — É das melhores coisas que você já escreveu.

Fonte do texto: (Adaptado de: MASSI, Augusto (org.) SABINO, Fernando. Os sabiás da crônica. Belo Horizonte: Autêntica, 2021).

04. No trecho: — *Eu, se fosse você, parava um pouco. Essa sua última crônica estava de amargar.* Transpondo-se o texto acima para o discurso indireto, ele deverá ficar: Carlos Castello Branco disse ao autor que

- A) se fosse ele, pararia um pouco, pois aquela sua última crônica estaria de amargar.
- B) se fosse eu, parava um pouco, já que esta minha última crônica estava de amargar.
- C) caso fosse você, pararia um pouco, visto que essa sua última crônica estaria de amargar.
- D) se fosse ele, pararia um pouco, porque aquela sua última crônica estava de amargar.
- E) se fosse você, pararia um pouco, pois aquela sua última crônica estava de amargar.

05. *Ajeitei a crônica como pude, toquei-lhe uns remendos.* (2º parágrafo) O pronome sublinhado no trecho acima refere-se a

- A) Rubem Braga.
- B) hora de aperto.
- C) crônica.
- D) minha vez.
- E) soberbo.

06. É inteiramente regular a pontuação da frase:

- A) Rubem Braga, que era cronista diário, pediu, certa vez, um texto emprestado ao seu amigo Sabino.
- B) Os leitores, sempre têm opiniões divergentes, sobre o valor literário de uma mesma crônica.
- C) Castello Branco, sem qualquer cerimônia disse ao autor, que sua escrita estava de amargar.
- D) Quando o autor recomeçou a escrever, recauchutava textos antigos, pois, não restava mais nada em estoque.
- E) O autor, parou de escrever por dois anos, devido ao juízo crítico, de um amigo influente.

07. É regular o emprego do elemento sublinhado na seguinte construção:

- A) O universo humano, de cujo o cérebro é o principal arquiteto, fundamenta-se em informações ricas.
- B) As cargas eletrobiológicas, a que o autor se refere, são geradas por dezenas de bilhões de neurônios.
- C) O mecanismo biológico que consiste na vida não deve ser ignorado pelos pesquisadores.
- D) A rede tridimensional, por cuja a evolução é responsável, compõe-se de feixes e bobinas neurais.
- E) São muitas as tecnologias que o cérebro humano dispõe para manipular a realidade.

08. No verso de Ferreira Gullar: *Estrelas são explosões nucleares em cadeia*, o autor utiliza um recurso de linguagem para definir o objeto astronômico. Identifica-se recurso semelhante em:

- A) O cérebro é um computador orgânico analógico-digital.
- B) Milhões de neurônios geram cargas elétricas diminutas.
- C) O tempo corre como um rio que não volta atrás.
- D) A terra, ingrata, te apedreja com o silêncio.
- E) Os olhos dele brilhavam tanto quanto o sol do meio-dia.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

09. Marina, servidora do TJCE, observou que o preço de um certificado digital para advogados sofreu um aumento de 20% em janeiro. Em fevereiro, devido a uma promoção institucional, o novo preço sofreu um desconto de 15%. Em relação ao preço anterior ao aumento de janeiro, o valor final do certificado após essas duas variações é

- A) 2% maior.
- B) 5% maior.
- C) 2% menor.
- D) 4% maior.
- E) 5% menor.

10. Para digitalizar 180 processos, uma equipe de 5 estagiários do tribunal leva exatamente 12 dias, trabalhando em ritmo constante. Para que 240 processos idênticos sejam digitalizados no mesmo ritmo em apenas 8 dias, o número de estagiários necessários para compor a equipe é

- A) 8.
- B) 9.
- C) 10.
- D) 12.
- E) 15.

11. Um Oficial de Justiça realizou, durante uma semana de trabalho, o seguinte número de diligências diárias: 8, 5, 12, 10 e 5. Sobre esse conjunto de dados, é correto afirmar que

- A) a média aritmética é maior que a mediana.
- B) a moda é maior que a média.
- C) a mediana é igual a 12.
- D) a média, a moda e a mediana possuem o mesmo valor.
- E) a amplitude do conjunto é igual a 5.

12. Em uma unidade do TJCE trabalham 40 servidores. Sabe-se que 25 deles utilizam o sistema PJe, 18 utilizam o sistema SAJ e 7 não utilizam nenhum desses dois sistemas. O número de servidores dessa unidade que utilizam ambos os sistemas (PJe e SAJ) é

- A) 8.
- B) 10.
- C) 12.
- D) 15.
- E) 18.

13. Considere a sequência infinita de números inteiros: 3, 7, 11, 15, 19, Mantido o padrão de formação, a diferença entre o 50º termo e o 48º termo dessa sequência é

- A) 4.
- B) 8.
- C) 12.
- D) 16.

E) 20.

14. Três técnicos judiciários dividiram entre si a tarefa de arquivar 120 processos. A divisão foi feita de forma diretamente proporcional ao tempo de serviço de cada um no tribunal: 2, 3 e 5 anos. O número de processos arquivados pelo técnico que trabalha há mais tempo no tribunal foi

- A) 60.
- B) 36.
- C) 24.
- D) 48.
- E) 72.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º)

15. No que diz respeito às ações afirmativas destinadas a garantir a representatividade de pessoas com deficiência e a remoção de barreiras no âmbito da Justiça do Trabalho, a referida Resolução estabelece a

- (A) reserva de vinte por cento dos cargos para pessoas com deficiência nos concursos públicos para magistrados e servidores, devendo tal quantitativo ser mantido especificamente nas hipóteses de vacância.
- (B) garantia da reserva de, no mínimo, dez por cento das vagas para pessoas com deficiência nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- (C) reserva de cinco por cento dos cargos para pessoas com deficiência nos concursos públicos para magistrados e servidores, assegurando-se o fornecimento de tecnologia assistiva exclusivamente na etapa de provas orais.
- (D) reserva de dez por cento dos cargos para pessoas com deficiência nos concursos públicos e a garantia de reserva de, no mínimo, cinco por cento das vagas nos contratos de prestação de serviços contínuos.
- (E) garantia da reserva de até cinco por cento das vagas para pessoas com deficiência nos contratos de prestação de serviços, quantitativo que poderá ser flexibilizado durante a vigência da contratação.

16. Aurora é responsável pela organização de um festival de música a ser realizado em um espaço privado. Durante o planejamento logístico, Aurora determina a instalação de banheiros químicos para atender ao público esperado. De acordo com a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o número mínimo de banheiros químicos acessíveis no evento de Aurora corresponderá a

- (A) cinco por cento do total, garantindo-se pelo menos uma unidade acessível independentemente da aplicação do percentual sobre o total de equipamentos instalados.
- (B) dez por cento do total, garantindo-se pelo menos uma unidade acessível caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a um.

(C) dois por cento do total, devendo ser instaladas em locais de fácil acesso e circulação, vedada a cobrança de qualquer tipo de taxa adicional para o seu uso por pessoas com deficiência.

(D) vinte por cento do total, assegurando-se que as unidades estejam localizadas em itinerário horizontal e vertical livre de quaisquer barreiras arquitetônicas ou obstáculos.

(E) quinze por cento do total, garantindo-se pelo menos duas unidades acessíveis sempre que o festival tiver previsão de público simultâneo superior a quinhentas pessoas.

LEGISLAÇÃO

17. Douglas, aprovado em concurso público, tomou posse e entrou em efetivo exercício no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. De acordo com as disposições estatutárias vigentes relativas ao estágio probatório,

- (A) Douglas adquirirá estabilidade após o período de dois anos de efetivo exercício, desde que aprovado em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (B) o estágio probatório de Douglas corresponde ao triênio de efetivo exercício, período durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à sua confirmação no cargo.
- (C) a avaliação especial de desempenho de Douglas será realizada, obrigatoriamente, em caráter extraordinário apenas nos últimos seis meses que antecedem o término do triênio.
- (D) Douglas poderá fazer jus à ascensão funcional por merecimento durante o período do estágio probatório, independentemente de estar exercendo cargo de direção.
- (E) a eventual reprovação de Douglas em curso de treinamento para formação profissional, promovido pela Administração durante o estágio, terá caráter meramente classificatório.

18. No que concerne ao direito de petição e aos recursos previstos no regime jurídico dos funcionários civis do Estado do Ceará, o direito de pedir reconsideração

- (A) decairá após sessenta dias da ciência do ato pelo peticionante, devendo o pedido ser despachado em cinco dias e decidido em trinta dias improrrogáveis.
- (B) interrompe o prazo prescricional para pleitear na esfera administrativa, que é de cento e oitenta dias, salvo estipulação contrária em lei.
- (C) poderá ser repetido perante a mesma autoridade que proferiu a decisão, desde que apresentados fatos novos capazes de justificar a inocência.
- (D) possui, como regra geral, efeito suspensivo automático, retroagindo em seus efeitos à data do ato impugnado caso seja provido pela autoridade.
- (E) prescinde de intermediação, devendo a petição ser dirigida diretamente à autoridade de maior hierarquia no Sistema Administrativo Estadual.

19. O território do Estado do Ceará, para fins de administração do Poder Judiciário, divide-se em comarcas sedes e comarcas vinculadas. De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará, sobre a elevação de comarcas entre entrâncias, é correto afirmar, que a elevação da entrância intermediária para a final exige

(A) população mínima de cinquenta mil habitantes e média anual de casos novos igual ou superior a dois mil e duzentos feitos no último triênio.

(B) aprovação por maioria simples dos membros do Tribunal Pleno e posterior homologação por projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa.

(C) população mínima de cem mil habitantes e média anual de casos novos, considerado o último triênio ao da elevação, igual ou superior a cinco mil feitos.

(D) eleitorado não inferior a sessenta por cento de sua população e registro de média anual de casos novos igual ou superior a oito mil feitos no triênio anterior.

(E) prévia manifestação da Corregedoria-Geral da Justiça e comprovação de que a comarca possui, no mínimo, três unidades judiciárias instaladas.

20. Considere que, no curso do primeiro ano de mandato, ocorra a vacância do cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará

(A) o Vice-Presidente assumirá a Presidência definitivamente, completando o mandato original de dois anos, vedada a sua recondução ao cargo.

(B) o Corregedor-Geral da Justiça assumirá a Presidência e acumulará as funções de fiscalização e orientação dos juízes de primeiro grau até o fim do biênio.

(C) o Tribunal de Justiça deverá realizar nova eleição dentro de sessenta dias, concorrendo apenas os três desembargadores mais antigos que ainda não tenham ocupado o cargo.

(D) proceder-se-á, dentro de vinte e cinco dias, à eleição do sucessor para o tempo restante, ressalvando-se que o eleito não poderá ser reconduzido para o período subsequente.

(E) assumirá interinamente o Desembargador mais antigo do Tribunal até que se encerre o ano judiciário, quando então ocorrerão eleições gerais.

MÓDULO II — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

21. Considere que Sebastião, cidadão brasileiro em pleno gozo de seus direitos, foi condenado criminalmente por decisão transitada em julgado. Nessa situação, de acordo com as normas constitucionais relativas aos direitos políticos, a condenação criminal transitada em julgado acarreta a

- (A) perda dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos, abrangendo apenas a capacidade eleitoral passiva.
- (B) suspensão definitiva dos direitos políticos, sendo necessária a reabilitação judicial para sua recuperação.
- (C) perda dos direitos políticos, vedada a sua cassação por qualquer motivo, inclusive por improbidade administrativa.
- (D) suspensão dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos, impedindo-o de votar e de ser votado.
- (E) suspensão dos direitos políticos, desde que a pena imposta seja superior a quatro anos de reclusão.

22. Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo correto afirmar que

- (A) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições de natureza técnica ou burocrática.
- (B) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) os cargos em comissão devem ser preenchidos exclusivamente por servidores de carreira nos casos e condições previstos em lei.
- (D) a investidura em cargo de magistério por estrangeiros é vedada, salvo se houver reciprocidade diplomática com o país de origem.
- (E) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de sua admissão.

23. No que concerne à composição dos Tribunais, um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público e de advogados, exigindo-se destes últimos

- (A) notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- (B) que tenham sido aprovados em exame de ordem e possuam mais de cinco anos de carreira.
- (C) mais de quinze anos de efetiva atividade profissional e reputação ilibada.
- (D) indicação em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes profissionais.
- (E) exercício exclusivo da advocacia pública ou de cargos de assessoria jurídica em órgãos estatais.

24. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso,

- (A) por requisição fundamentada de Comissão Parlamentar de Inquérito para fins de investigação política.
- (B) por ordem da autoridade policial quando houver fundados indícios de autoria de crime punido com reclusão.
- (C) por autorização do Ministério Público no curso de procedimento investigatório criminal de natureza sigilosa.
- (D) por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (E) mediante concordância expressa de um dos interlocutores, independentemente de autorização de qualquer poder.

25. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância de princípios constitucionais sensíveis, sendo correto afirmar que a decretação da intervenção nessa hipótese

- (A) depende de requisição do Supremo Tribunal Federal, de ofício ou mediante provocação.
- (B) prescinde de qualquer manifestação prévia de outros órgãos, sendo ato discricionário do Presidente da República.
- (C) será realizada pelo Congresso Nacional caso o Presidente da República se omita diante de grave comprometimento da ordem pública.
- (D) é vedada caso o ente federado esteja em dia com o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.
- (E) depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

26. Considere que determinada Associação de Defesa do Consumidor pretende ajuizar ação civil pública para tutelar interesses individuais homogêneos de seus associados. Sobre as funções essenciais à Justiça e a tutela coletiva, é correto afirmar que

- (A) o Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública visando anular ato de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- (B) a Defensoria Pública não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública, limitando-se à assistência jurídica individual.
- (C) a advocacia pública tem por função institucional a defesa dos interesses difusos e coletivos de grupos vulneráveis.
- (D) o Procurador-Geral da República é o único legitimado para propor ação civil pública no âmbito da Justiça Federal.
- (E) as associações perdem a legitimidade para ações coletivas caso recebam qualquer tipo de fomento ou recurso público.

27. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos

- (A) zero aos dezessete anos de idade, abrangendo inclusive o ensino superior para os aprovados em exame nacional.
- (B) seis aos dezoito anos de idade, organizada de forma a garantir a profissionalização técnica ao final do ciclo.
- (C) cinco aos quinze anos de idade, sendo o ensino médio facultativo.
- (D) quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (E) quatro aos dezoito anos de idade, com atendimento educacional especializado obrigatório em escolas exclusivas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Pedro, servidor ocupante de cargo efetivo em um tribunal, expediu um alvará de autorização para reforma de um prédio. Semanas depois, constatou-se que a competência para tal ato era, por lei, de seu superior hierárquico. Diante de tal situação, de acordo com as normas do processo administrativo federal, é correto afirmar que

- (A) o ato é nulo de pleno direito, não admitindo qualquer forma de saneamento ou aproveitamento.
- (B) a autoridade competente deverá anular o ato imediatamente, com efeitos retroativos à data de sua edição.
- (C) ocorreu desvio de finalidade, o que torna o ato inexistente no mundo jurídico.
- (D) o ato é anulável por vício de forma, devendo Pedro ser demitido a bem do serviço público.
- (E) o ato poderá ser convalidado pela autoridade superior, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

29. O poder de polícia administrativa caracteriza-se pela faculdade de a Administração limitar o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público, possuindo como um de seus atributos a

- (A) imperatividade, que permite ao Estado criar obrigações para terceiros independentemente de previsão em lei.
- (B) discricionariedade absoluta, vedado qualquer tipo de controle judicial sobre o mérito ou a legalidade do ato.
- (C) gratuidade, sendo vedada a instituição de taxas em razão do exercício do poder de fiscalização.
- (D) autoexecutoriedade, que autoriza a Administração a executar suas decisões diretamente, inclusive com o uso da força, se necessário.
- (E) delegabilidade plena a entidades privadas com fins lucrativos, por se tratar de atividade meramente executiva.

30. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, o recurso administrativo

- (A) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (B) deve ser obrigatoriamente acompanhado de depósito prévio de dinheiro para ser admitido.

- (C) suspende, em qualquer hipótese, a execução do ato recorrido até o julgamento final pela última instância.
- (D) não admite a alegação de razões de conveniência e oportunidade, restringindo-se ao exame da estrita legalidade.
- (E) deve ser interposto no prazo improrrogável de dois dias úteis, contados da ciência da decisão.

31. A Administração Pública pretende contratar solução que envolva inovação tecnológica, sendo impossível definir com precisão suficiente as especificações técnicas no edital. Nessa situação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação adequada é o

- (A) Diálogo Competitivo, restrito a contratações que visem a inovação tecnológica ou técnica.
- (B) Pregão, obrigatoriamente na forma eletrônica, adotando o critério de maior desconto.
- (C) Concurso, visando a escolha de trabalho técnico de notória especialização.
- (D) Leilão, permitida a participação de consórcios de empresas estrangeiras.
- (E) Convite, mediante a convocação de no mínimo três interessados cadastrados.

32. Considere:

- I. Acumulação de dois cargos de professor.
- II. Acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- III. Acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- De acordo com a Constituição Federal, a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, é permitida em
- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

33. No que concerne à responsabilidade civil do Estado por omissão, o entendimento jurisprudencial consolidado estabelece que

- (A) o Estado responde objetivamente em todos os casos de omissão, independentemente de ser genérica ou específica.
- (B) a responsabilidade será subjetiva na omissão específica, exigindo a prova do dolo do agente público.
- (C) o Estado não responde civilmente por atos de terceiros, como crimes praticados por foragidos do sistema prisional em qualquer circunstância.
- (D) a perícia inconclusiva sobre a origem de disparo em operação policial afasta, por si só, a responsabilidade do ente federado.
- (E) será objetiva a responsabilidade civil do Estado em caso de omissão específica, quando o Estado tem o dever individualizado de agir para impedir o dano.

34. Atenção: Para responder à questão, considere as normas sobre atos administrativos. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade. Sobre a extinção dos atos, é correto afirmar que

(A) o direito da Administração de anular atos que geraram efeitos favoráveis para o destinatário de boa-fé decai em cinco anos.

(B) a revogação opera efeitos retroativos (ex tunc), atingindo o ato desde o seu nascimento.

(C) o Poder Judiciário pode revogar atos administrativos discricionários quando provocados por qualquer cidadão.

(D) atos vinculados podem ser revogados livremente pela Administração desde que haja motivação posterior.

(E) a anulação gera direito adquirido para o beneficiário, salvo se comprovada a sua má-fé no processo.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

35. Caio, menor de dezessete anos de idade, devidamente assistido por seu genitor, outorgou poderes a um advogado para ajuizar ação indenizatória. Nesse contexto, de acordo com o Código Civil e as regras de capacidade,

(A) Caio é considerado absolutamente incapaz, devendo o processo ser extinto sem resolução do mérito.

(B) a assistência prestada pelo pai supre a incapacidade, tornando Caio plenamente capaz para todos os atos da vida civil independentemente da idade.

(C) o negócio jurídico celebrado por Caio sem a assistência de seu genitor seria considerado nulo de pleno direito.

(D) a menoridade de Caio cessa apenas aos dezoito anos completos, sendo ele considerado relativamente incapaz.

(E) Caio pode ser emancipado por decisão unilateral de apenas um dos pais, independentemente de instrumento público.

36. Consideram-se imóveis para os efeitos legais

(A) os materiais provisoriamente separados de um prédio para serem vendidos como sucata.

(B) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

(C) os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia.

(D) os navios e aeronaves, em razão de sua natureza jurídica de bens imóveis por determinação legal.

(E) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

37. Ocorre a lesão quando uma pessoa se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, sendo correto afirmar que esse vício do negócio jurídico exige

(A) dolo de aproveitamento da outra parte, que deve ter conhecimento da situação de necessidade.

(B) que a pessoa esteja sob premente necessidade ou atue por inexperiência.

(C) a prova de perigo de dano atual à integridade física do declarante ou de sua família.

(D) que o negócio tenha sido celebrado exclusivamente por pessoa absolutamente incapaz.

(E) a anulação compulsória do negócio pelo juiz, vedada qualquer forma de suplemento ou redução.

38. Atenção: Para responder à questão, considere o Código Civil de 2002. Prescreve em três anos a pretensão

(A) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos, contados do término do contrato.

(B) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

(C) de reparação civil fundamentada em responsabilidade extracontratual.

(D) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

(E) dos profissionais liberais pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços.

39. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. De acordo com as normas sobre a posse,

(A) a posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder temporariamente, anula a posse indireta do proprietário.

(B) a posse de má-fé é aquela em que o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

(C) obsta à aquisição da posse a omissão de atos de mera permissão ou tolerância.

(D) o detentor é aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens.

(E) o possuidor turbado não tem direito a ser mantido na posse, devendo recorrer imediatamente ao desforço próprio.

40. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, sendo correto afirmar que tal responsabilidade

(A) é subjetiva, dependendo da comprovação de que o dono agiu com negligência na guarda.

(B) é solidária entre o dono do animal e o proprietário do imóvel onde o fato ocorreu.

(C) limita-se ao valor de mercado do animal na data do evento danoso.

(D) depende de prévia condenação criminal do dono por omissão de cautela.

(E) será excluída se o dono provar culpa da vítima ou força maior.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. Atenção: Para responder à questão, considere o Código de Processo Civil de 2015. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do

qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar,

- (A) ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (B) salvo se o fundamento for de ordem pública e o magistrado deva decidir de ofício.
- (C) inclusive se a decisão for favorável à parte que não foi ouvida.
- (D) com exceção das hipóteses de julgamento antecipado do mérito por revelia.
- (E) desde que o fundamento jurídico já tenha sido objeto de súmula vinculante.

42. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo correto afirmar que as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente

- (A) são sempre relevantes para alterar a competência, visando o princípio da verdade real.
- (B) acarretam a nulidade de todos os atos praticados perante o juízo originalmente preventivo.
- (C) permitem que as partes modifiquem a competência em razão da matéria por convenção expressa.
- (D) são irrelevantes, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- (E) suspendem o processo por até um ano para que o Tribunal defina o novo juízo competente.

43. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente. Sobre o litisconsórcio, o Código de Processo Civil estabelece que

- (A) o litisconsórcio será unitário quando a lei determinar a citação de todos como condição de eficácia da sentença.
- (B) a interposição de recurso por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que os interesses sejam opostos.
- (C) o requerimento de limitação do litisconsórcio suspende o prazo para defesa por até noventa dias.
- (D) os litisconsortes serão considerados como um único litigante em suas relações com a parte adversa em qualquer modalidade.
- (E) o juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio.

44. Considere que o réu de uma ação de cobrança deseja chamar ao processo um terceiro. De acordo com o Código de Processo Civil, o chamamento ao processo é admissível

- (A) do alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante.
- (B) do devedor principal, na ação em que o fiador for réu.
- (C) de qualquer pessoa que tenha interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes.
- (D) apenas na petição inicial, sendo vedado ao réu requerê-lo após a citação.

(E) exclusivamente nos casos de responsabilidade civil objetiva do Estado.

45. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das seis às vinte horas. Independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses e nos feriados as

- (A) audiências de instrução e julgamento de causas cujo valor exceda cem salários mínimos.
- (B) perícias grafotécnicas em processos que tramitem em segredo de justiça.
- (C) citações, intimações e penhoras. (D) oitivas de testemunhas que residam em comarcas contíguas. (E) publicações de sentenças definitivas no Diário da Justiça Eletrônico.

46. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) a tutela de urgência de natureza cautelar não admite a sua concessão em caráter antecedente.
- (B) a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente é perpétua, não podendo ser revogada.
- (C) para a concessão da tutela de urgência, exige-se obrigatoriamente a prestação de caução real ou fidejussória.
- (D) o juiz pode conceder a tutela de urgência liminarmente ou após justificação prévia.
- (E) a tutela de urgência de natureza antecipada pode ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

47. Da sentença cabe apelação. No julgamento desse recurso, o tribunal

- (A) deve limitar-se exclusivamente às questões resolvidas pelo juiz de primeiro grau no dispositivo da sentença.
- (B) deve anular a sentença e devolver os autos ao juízo de origem sempre que constatar a falta de fundamentação.
- (C) não pode julgar o mérito caso reforme sentença que reconheça a decadência, em razão da supressão de instância.
- (D) fica impedido de apreciar questões de ordem pública que não tenham sido suscitadas nas razões recursais.
- (E) pode decidir desde logo o mérito se o processo estiver em condições de imediato julgamento após reformar sentença fundada em abandono da causa.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

48. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. Sobre a aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que a lei nova mais benéfica

- (A) retroage para beneficiar o réu, competindo ao juízo das execuções a sua aplicação após o trânsito em julgado.

- (B) aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- (C) não atinge as penas de multa já pagas ou as medidas de segurança em curso.
- (D) permite a combinação de partes benéficas de leis diferentes para criar uma norma mais favorável ao agente.
- (E) afasta os efeitos penais da condenação, permanecendo, contudo, a obrigação de reparar o dano na esfera cível.

49. Considere que Caio, com a intenção de matar Tício, desferiu-lhe um golpe de faca. Logo em seguida, Caio, arrependido e percebendo que a vítima ainda estava viva, prestou-lhe socorro imediato, levando-a ao hospital, o que impediu o resultado morte. Nessa situação, de acordo com o Código Penal, Caio responderá por

- (A) tentativa de homicídio, com redução de pena de um a dois terços.
- (B) homicídio consumado, em razão da gravidade da conduta inicial.
- (C) crime nenhum, pois a sua conduta posterior exclui a ilicitude do fato.
- (D) lesão corporal, em virtude do arrependimento eficaz.
- (E) tentativa de homicídio, mas o juiz poderá deixar de aplicar a pena por clemência.

50. Atenção: Para responder à questão, considere o Código Penal brasileiro. Não excluem a imputabilidade penal

- (A) a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.
- (B) a doença mental que torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- (C) a menoridade penal para os indivíduos com menos de dezoito anos.
- (D) o desenvolvimento mental incompleto no momento da ação ou omissão.
- (E) a emoção ou a paixão.

51. No que se refere ao concurso de pessoas, o Código Penal estabelece que não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal,

- (A) mesmo que elas constituam elementares do crime.
- (B) salvo quando elementares do crime.
- (C) exceto se o coautor tiver conhecimento da situação fática.
- (D) a menos que o crime seja praticado com violência ou grave ameaça.
- (E) independentemente da medida da culpabilidade de cada um dos agentes.

52. A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. Sobre a fixação dos regimes de cumprimento de pena, é correto afirmar que

- (A) o regime inicial fechado é obrigatório para todos os crimes hediondos, independentemente do tempo de pena aplicada.

(B) o condenado reincidente em crime doloso deve sempre iniciar o cumprimento da pena em regime aberto se a sanção for inferior a quatro anos.

(C) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o início, cumpri-la em regime semiaberto.

(D) a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo.

(E) a pena de detenção admite, desde o início, o cumprimento em regime fechado para os condenados primários.

53. Considere que um agente, logo depois de subtrair para si coisa móvel alheia sem o uso de violência, é surpreendido pelo proprietário. Para assegurar a detenção da coisa, o agente desfere um soco na vítima. Nessa situação, o agente cometeu o crime de

- (A) furto qualificado pelo emprego de violência física.
- (B) furto em concurso material com lesão corporal leve.
- (C) roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca. (D) roubo impróprio.
- (E) apropriação indébita com resistência à prisão.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

54. Ordenado o arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia,

- (A) o Ministério Público poderá oferecer denúncia com base nos mesmos elementos caso mude o titular da promotoria.
- (B) a decisão faz coisa julgada material, impedindo a reabertura das investigações em qualquer hipótese.
- (C) os autos devem ser remetidos ao Procurador-Geral de Justiça para homologação obrigatória.
- (D) a vítima pode ajuizar ação penal privada subsidiária da pública independentemente de novas provas.
- (E) a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

55. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público

- (A) aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo e retomar a ação como parte principal.
- (B) apenas intervir no processo como fiscal da ordem jurídica, vedado o oferecimento de prova.
- (C) extinguir o processo imediatamente se considerar que a investigação policial foi insuficiente.
- (D) recusar a queixa e determinar o arquivamento definitivo por ausência de interesse público.
- (E) exigir o pagamento de custas processuais pelo querelante como condição para a sua intervenção.

56. No que concerne ao Juiz das Garantias, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, sua competência

- (A) abrange todas as infrações penais, inclusive as de menor potencial ofensivo e os casos de violência doméstica.
- (B) estende-se até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em primeira instância.
- (C) permite que o magistrado determine, de ofício, a instauração de inquérito policial.
- (D) cessa com o oferecimento da denúncia ou queixa.
- (E) é aplicada obrigatoriamente nos processos de competência originária dos tribunais.

57. Sobre o reconhecimento de pessoas e coisas como meio de prova, o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça estabelece que

- (A) as regras do Código de Processo Penal sobre o tema são meras recomendações, cuja inobservância gera apenas nulidade relativa.
- (B) o reconhecimento fotográfico realizado na delegacia possui valor probatório absoluto para a condenação.
- (C) é dispensável o alinhamento de pessoas semelhantes ao lado do suspeito se houver certeza visual por parte da vítima.
- (D) a falta de advogado no ato de reconhecimento pessoal torna a prova inexistente no mundo jurídico.
- (E) o reconhecimento inicialmente falho ou viciado na fase inquisitorial tem o potencial de contaminar a memória do reconhecedor, sendo prova irrepetível.

58. Atenção: Para responder à questão, considere o Código de Processo Penal. Será admitida a decretação da prisão preventiva

- (A) nos crimes culposos punidos com pena máxima superior a quatro anos.
- (B) se o crime envolver violência doméstica contra a mulher, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- (C) em qualquer contravenção penal praticada no âmbito de violência doméstica e familiar.
- (D) de ofício pelo juiz durante a fase de inquérito policial para assegurar a colheita de provas.
- (E) quando o réu for primário e o crime for punido com pena máxima de dois anos de reclusão.

59. O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for

- (A) igual ou superior a cinco anos de pena privativa de liberdade.
- (B) inferior a quatro anos e superior a dois anos de detenção.
- (C) igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.
- (D) igual ou superior a oito anos, exigindo-se o julgamento por órgão colegiado.
- (E) superior a um ano, desde que o réu seja reincidente em crime doloso.

60. Caberá recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que

- (A) impronunciar o réu em processo de competência do Tribunal do Júri.
- (B) julgar procedente a exceção de suspeição do magistrado.
- (C) conceder a ordem de habeas corpus em única instância por Tribunal Superior.
- (D) recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal.
- (E) determinar o relaxamento da prisão em flagrante por falta de fundamentos.

Como acessar o Gabarito Comentado e o Ranking Geral

Para garantir que a sua experiência com o simulado seja completa, criamos um sistema dinâmico. Além de baixar o **PDF com as questões comentadas**, você verá instantaneamente a sua **nota**, o **desempenho detalhado por disciplina** e a sua **posição no ranking geral** dos candidatos.

Para liberar o seu acesso, basta seguir o passo a passo abaixo:

Passo a Passo para Enviar Suas Respostas

1. **Acesse o link oficial:**  https://oduconcurseiro.online/simulado_tjce/
2. **Inicie o envio:** Clique no botão destacado **"Enviar Meu Gabarito"**.
3. **Identifique-se:** Preencha seu nome e o seu e-mail.

 *Fique tranquilo: o seu e-mail **NÃO** será publicado. Ele é utilizado estritamente pelo sistema para garantir a integridade do ranking, limitando o envio a apenas 1 gabarito por pessoa (evitando que duplicidade de dados distorça a classificação real).*

4. **Preencha o cartão-resposta:** Marque as suas opções para as **60 questões** do simulado.
5. **Finalize o processo:** Ao terminar de preencher, clique em **"Enviar Gabarito"** no final da página.

O que você recebe imediatamente após o envio?

Assim que clicar em enviar, a tela atualizará com as seguintes informações:

- **Sua nota final** calculada automaticamente.
- **Quantidade de acertos por disciplina** (excelente para identificar onde você precisa reforçar a Lei Seca!).
- **Sua posição atualizada no ranking** em tempo real.
- **Link para download do Gabarito Comentado em PDF.**

***Prepara-se o cavalo para o dia da batalha,
mas o Senhor é que dá a vitória.***
Provérbios 21:31

